

Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo

Nº 13 • 18/09/2002

CAMPANHA SALARIAL 2002

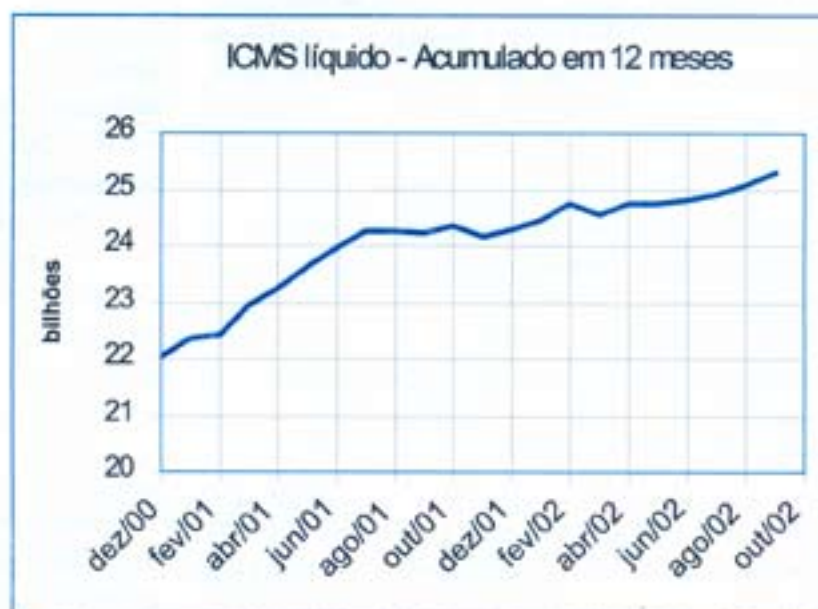
Na semana passada, participamos de duas reuniões ligadas à campanha salarial deste ano. No dia 9 de setembro, segunda-feira, o Fórum das Seis se reuniu com os assessores dos reitores (Comissão Técnica) para avaliar a evolução da arrecadação de ICMS nos últimos meses. A reunião foi bastante breve e limitou-se a exami-

nar os dados da arrecadação tributária e das planilhas disponíveis até aquela data. Não havia, no entender dos técnicos ali presentes, qualquer "folga orçamentária" que permitisse considerar um reajuste imediato de salários.

Em se tratando da disponibilidade de informações mais detalhadas sobre a estrutura de cargos e salários disponíveis nas páginas eletrônicas das universidades, os técnicos comprometeram-se a suplementá-las, tão logo o Fórum indicasse quais os dados mais adequados.

No dia 13, sexta-feira, as entidades de docentes, funcionários e estudantes reuniram-se com os reitores (CRUESP), para dar continuidade às negociações. Marcada para as 15h00, a reunião iniciou-se às 16h00, devido ao atraso dos próprios reitores.

Considerando esgotado o item referente a rea-



juste salarial, uma vez que o comprometimento médio dos orçamentos das três universidades, com folhas de pagamento, está em torno de 89%, os reitores passaram para os demais itens da pauta: a questão salarial de professores e funcionários do Centro Paula Souza e a reposição dos quadros de do-

centes e funcionários das universidades.

A representante do SINTEPS, Denise Kyrala, cobrou do Reitor da Unesp, Professor José Carlos Souza Trindade, providências quanto à situação salarial dos trabalhadores do Centro Paula Souza, cujos reajustes são muito inferiores aos concedidos às universidades. Foi lembrado que em 2001, criou-se uma comissão composta pelo Secretário da Ciência e Tecnologia, pelos reitores das três Universidades Estaduais Paulistas e pelo diretor superintendente do Centro Paula Souza, com objetivo de propor encaminhamentos a respeito da estrutura jurídico/administrativa do Centro Paula Souza e também de algumas instituições de ensino superior estadualizadas nos anos 90. O professor Ciro Correia, coordenador do Fórum, cobrou a divulgação dos relató-

ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 25/09 (quarta-feira) - 12h00 - na ADUNICAMP

Pauta: 1) Avaliação da Reunião de Negociação com o CRUESP;
2) Assessoria jurídica criminal: processo contra a diretoria.

COMPAREÇA !!!

rios da comissão e enfatizou a necessidade de se definir, de maneira mais clara, responsabilidades relativas a questões de interesse público.

Antes de iniciar as discussões do segundo item da pauta, o coordenador do Fórum leu documento do Fórum protestando contra os fatos graves que marcaram a Sessão do Conselho Universitário da UNESP, realizada em Aracatuba no dia 29/08, que aprovou a criação de oito novos campi.

Os reitores fizeram, em seguida, rápidos relatos sobre as contratações nas três universidades. Especialmente os reitores da UNICAMP e da UNESP, apontaram como principal obstáculo para a expansão do quadro de docentes e técnicos e administrativos o número crescente de aposentadorias. A reunião foi encerrada pelos reitores às 18h30, sem nenhuma deliberação importante.

Como balanço dessas reuniões ficam em aberto pelo menos duas questões que são objeto de grandes preocupações:

a) não podemos admitir que os aposentados sejam responsabilizados pelas dificuldades das

universidades para realizarem novas contratações. A expansão dos quadros de docentes e funcionários nas universidades públicas paulistas é indispensável tanto para a reposição de pessoal, com vistas à continuidade das atividades normais já realizadas por essas instituições, como para a tão necessária expansão do sistema de ensino superior público do estado. E para que isso se concretize de forma a preservar a qualidade dessas atividades, são necessários recursos públicos adicionais. Devemos lembrar que muitos dos docentes que optam pelo trabalho nas universidades, mesmo se submetendo a salários inferiores aos que poderiam receber no mercado, o fazem em função da expectativa da recompensa de uma aposentadoria mais substantiva e segura. Portanto, o que de fato restringe a reposição e expansão dos quadros de funcionários e docentes das universidades é a insuficiência de recursos públicos. Ao invés de atribuírem às aposentadorias a causa das dificuldades de novas contratações, os reitores deveriam se juntar às entidades do Fórum das Seis e a outros segmen-

tos sociais conscientes da necessidade de expandir o ensino superior público no estado, e lutar por mais verbas para as universidades.

b) Em maio deste ano, obtivemos 8% de reajuste salarial. Desde então, a inflação acumulada, com base no índice IPC/FIPE, deverá ultrapassar a casa dos 3% em setembro. Ao mesmo tempo, a arrecadação permanece num patamar relativamente alto. Considerando o acumulado nos últimos 12 meses, a arrecadação em setembro chega a, aproximadamente, 25,3 milhões de reais. Se for mantida a tendência apontada no gráfico na página anterior, deverá atingir, no final deste ano, a previsão da Secretaria da Fazenda do Estado. Desse modo, podemos deduzir que as universidades não estão em situação financeira que impeça qualquer reajuste. Seus funcionários e docentes sim, estão sentindo cada vez mais os efeitos da inflação que se acumula ao longo deste ano e que vem corroendo as conquistas que tivemos com a greve de 2000. Precisamos reagir. Na próxima assembleia da Adunicamp trataremos dessas questões. Compareçam!

Mensalidades do Plano Unimed sofrem reajuste de 10%

Considerando que o mês de maio é data base para reajuste das mensalidades do convênio médico com a unimed, cuja mensalidade é paga no mês de junho, estabelecemos com a mencionada empresa processo de negociação que foi concluído em agosto último. A unimed solicitava aumento de 20% das mensalidades. Após longa negociação, conseguimos reduzir o reajuste para 10%, o que permite equilibrar a receita em face das despesas existentes. O adicional para o atendimento em duas cidades será de 16%.

Como o reajuste estabelecido é retroativo, as diferenças pertinentes às mensalidades de junho e julho deste ano serão cobradas na fatura a vencer no próximo mês de outubro e as de ago-

to e setembro serão cobradas na fatura de novembro.

Com o novo reajuste as mensalidades passam a ter o seguinte valor:

– Plano A1 (quarto coletivo):

R\$ 76,57 por pessoa

– Plano D1 (quatro privativo):

R\$ 132,46 por pessoa

Os valores das diferenças acrescidas nas mensalidades de outubro e novembro serão:

– Plano A1 (quarto coletivo):

R\$ 13,94 por pessoa

– Plano D1 (quatro privativo):

R\$ 24,08 por pessoa

O professor Fortunato Badan Palhares processa a diretoria da Adunicamp por calúnia, injúria e difamação

Os membros da diretoria da ADUNICAMP, gestão 1999/2000, são réus em queixa-crime formulada pelo Professor Fortunato Antônio Badan Palhares. O Professor Badan Palhares imputa à diretoria a "prática de delitos previstos nos artigos 138 (calúnia), 139 (difamação) e 140 (injúria) do Código Penal Brasileiro". Baseia-se, o professor, em matéria publicada no Boletim Adunicamp de 13/12/99 sob o título "Em defesa da respeitabilidade do nosso trabalho".

Como pode ser verificado através de leitura da matéria mencionada, o intuito era cobrar da Reitoria um trâmite ágil do processo de apuração de denúncias a

respeito de microscópio, do hoje extinto Departamento de Medicina Legal da FCM, que fora levado ao laboratório particular do Professor Badan Palhares, onde permaneceu durante 11 anos. Motivava a cobrança o fato da matéria ser mencionada, com frequência, na grande imprensa de São Paulo, no contexto de notícias referentes à CPI do narcotráfico. Queria-se que o assunto fosse encerrado – garantidos todos os direitos de defesa – para que a veiculação do nome da UNICAMP deixasse de ser associada a um possível escândalo.

Em função de recurso apresentado pelo Professor Badan Palhares, o processo está tramitan-

do na 4ª Vara Criminal de Campinas, onde vários membros da mencionada gestão foram ouvidos no dia 9/9/2002.

A assessoria jurídica da ADUNICAMP trata de questões ligadas a litígios de trabalho e de família. O caso presente pertence à esfera criminal. Por isso, os docentes necessitaram contratar assessoria jurídica especializada.

A pauta da próxima assembléia, a realizar-se em 25/9/2002, tem como um de seus itens discutir a natureza política do fato e deliberar sobre a defesa dos docentes envolvidos, atingidos por exercer o papel sindical que lhes cabia, defendendo a universidade e os direitos dos associados.

PEC 14/2000 é aprovada em primeiro turno

No último 11 de setembro, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, em primeiro turno de votação, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 14/2000, de autoria do deputado Cesar Callegari (PSB): a destinação de no mínimo 9,57% da arrecadação do ICMS para as três universidades públicas estaduais, USP, UNICAMP e UNESP.

Conquistada sob a forma de decreto-lei ao final da greve de 1988, durante o governo

Quércia, a autonomia financeira das universidades esteve, desde então, sujeita a injunções políticas a cada votação anual do orçamento estadual.

A proposta do deputado Cesar Callegari de inscrever na Constituição Estadual um percentual às Universidades Públicas tem como objetivo fundamental garantir um suporte financeiro básico para o seu funcionamento.

Trata-se de uma vitória his-

tórica do movimento docente, que encontrou no deputado um aliado decisivo e que encampou a luta em defesa das universidades públicas estaduais. Mas a comunidade universitária deve permanecer alerta: há o segundo turno de votação. É fundamental, então, que continuemos a atuar junto aos líderes de partidos e deputados estaduais de modo a conquistar a aprovação definitiva da Emenda Constitucional.

Ciclo de Conferências: A Universidade e as Humanidades

A recente greve na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP pôs em destaque a situação precária da Área de Humanidades na Universidade, reconhecida em editorial da Folha de São Paulo: "..... a greve, como instrumento político, serviu para mostrar à opinião pública o abandono das humanas. Espera-se, agora, que a situação comece a ser reverti-

da. Sem humanidades, a universidade não seria universitas (o todo, o universo). Não passaria de um aglomerado de escolas técnicas."

A Adunicamp realizará, a partir de 02/10, um ciclo de conferências sobre o assunto.

As conferências, seguidas de debates, serão proferidas das 12h00 às 14h00, no auditório da entidade.

PROGRAMAÇÃO

02/10

Laymert Garcia - IFCH

03/10

Oswaldo Coggiola - FFLCH/USP

08/10

Miriam Limoeiro - UFF

09/10

Marcos Nobre - IFCH

10/10

Francisco de Oliveira - FFCLH/USP

Assassinato no campus

Lamentamos profundamente o assassinato de um jovem de 17 anos, no último dia 13 de setembro, em frente ao ginásio da Unicamp, durante o show do grupo Os Titãs. Manifestamos o nosso pesar e a nossa solidariedade aos familiares e amigos de Luiz Filipe Fischer, vítima da brutalidade e da violência que se disseminam de maneira assustadora pela sociedade brasileira.

Mas nos causa profunda preocupação o fato de essa tragédia ter ocorrido no interior do campus universitário da UNICAMP. Isso exige que a comunidade universitária reflita sobre procedimentos que vêm sendo tomados pela administração central da universidade nos últimos anos, muito dos quais incompatíveis com a real finalidade da universidade ou que firam sua condição de instituição autônoma e voltada para a produção de conhecimento crítico e independente.

Dentre esses procedimentos, destacamos o fato de se tornar rotina na universidade a locação de dependências e equipamentos por empresas, sob o argumento da necessidade de geração de receitas. A utilização do Ginásio Multidisciplinar da UNICAMP para a realização de espetáculos de massa parece-nos um caso exemplar. Como instituição pública de ensino superior, a UNICAMP poderia, na melhor das hipóteses, reservar alguns das suas dependências para a realização de eventos culturais e artísticos que não têm o perfil e o potencial de público exigidos pelo grande mercado. Seria uma forma de oferecer espaços alternativos a um segmento da produção cultural e artística que, nestes tempos de expansão avassaladora do mercado de bens simbólicos, estaria condenado à extinção. Mesmo assim, tais concessões deveriam ser combinadas com a preservação da dis-

ponibilidade dos equipamentos do campus para as produções da própria comunidade universitária.

Mas o terrível incidente do dia 13 nos remete a outra questão bastante controversa: a presença de segurança armada no campus. Desde o ano passado, a Adunicamp vem manifestando preocupação com a presença de policiais militares, que realizam rondas diárias na universidade. É do conhecimento de todos o caso do professores Sérgio Silva e Ângela Araújo, que respondem a queixas-crime por injúria e racismo apresentadas por dois policiais militares que se sentiram ofendidos, quando abordados pelos docentes nas imediações do IFCH. A realização de eventos com grandes estrelas do *show business* no campus, além de atrair para a universidade um público numeroso, abre espaço para a atuação de seguranças contratadas pelas empresas promotoras. Via de regra, são equipes armadas e precariamente treinadas para a contenção do entusiasmo dos fãs. Esse foi o cenário do incidente que culminou com a morte de Luiz Filipe.

A universidade precisa abrir imediatamente a discussão sobre essas questões. É preciso recuperar o caráter público da universidade e impedir que o tão propalado estreitamento das relações com o mercado tragam para o interior dos campi universitários os efeitos da corrosão das formas contemporâneas de sociabilidade. Não queremos dizer com isso que defendemos o isolamento da instituição universitária em relação a contextos sociais concretos, mas garantir que os processos sociais sejam tratados pela comunidade acadêmica como objetos de investigação, para que a universidade cumpra um dos seus papéis fundamentais que é apontar caminhos para a superação dos dilemas do mundo atual.

NOVOS TELEFONES DA ADUNICAMP

- Convênios: 3788-2471 / 3788-2472

- Recepção: 3788-2470

- Financeiro: 3788-2474

- Diretoria: 3788-2476 e 3788-2479

- Imprensa: 3788-2473

- Fax: 3289-1148 e 3289-5229